REFLEXÃO INTRODUTÓRIA DA LUTA CAMPESINA NO BRASIL PELA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA: NO PERÍODO 1985-2014

INTRODUCTORY THE FIGHT CAMPESINA REFLECTION IN BRAZIL BY THE COMMISSION OF THE EARTH MINISTRY: THE PERIOD 1985-2014

INTRODUCTORIA LA REFLEXIÓN LUCHA CAMPESINA EN BRASIL POR LA COMISIÓN DE LA TIERRA MINISTERIO: EL PERIODO 1985-2014

Willian Milhorança Perícolo[1]
Dourados – UFGD
willianmpericolo@hotmail.com

Jederson Henrique Pedroso Martins[2]
Dourados – UFGD
jederson_henrique7@hotmail.com

Resumo: Desde tempos distantes podem ser notado conflitos diversos no campo brasileiro, envolvendo o agronegócio latifundiário, os camponeses, os indígenas, entre outros sujeitos. Um tema da contemporaneidade, numa situação de luta de classes. Está em jogo, de um lado, a busca pela expansão do capital no campo com o agronegócio e, de outro, o desejo pela reforma agrária para as populações de baixa renda, sendo os camponeses. Surge então, uma importante entidade nesse cenário, a Comissão Pastoral da Terra, com o intuito de contrariar os ensejos de dominação da propriedade capitalista, colocando o ser humano como alvo de maior importância, visando à liberdade e dignidade do homem ao acesso a uma terra livre. O presente artigo visa refletir o cenário conflituoso no campo brasileiro a partir de referenciais teóricos assim como apresentar os dados sistematizados pela Comissão Pastoral da Terra em seus cadernos publicados, sobretudo a edição mais recente. Os resultados vão desde a heterogeneidade na distribuição regional brasileiro dos conflitos no campo, passando por casos de violência com mortes, pelo qual as regiões Norte e Nordeste somam o maior montante de números de conflitos. Nos dias atuais, a terra brasileira é tratada como mercadoria, com o fim de gerar capital e lucros crescentes.

1 Mestrando do Programa Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande.

2 Mestrando do Programa Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande.

O governo brasileiro em suas diversas épocas não alcançou a solução da problemática evidenciada no setor, de modo a permanecer um número considerável de pessoas à margem de uma condição adequada de sobrevivência.

Palavras-chave: conflitos no campo brasileiro; camponeses; agricultura; violência; heterogeneidade regional.

Abstract: Since distant times can be noted various conflicts in the brazilian countryside, involving the squire agribusiness, farmers, indigenous peoples, among other subjects. A theme of contemporaneity, a class struggle situation. At stake on the one hand, the search for capital expansion in the field with agribusiness and the other, the desire for land reform for low-income populations, and the peasants. Then comes an important entity in this scenario, the Pastoral Land Commission, in order to counteract appropriate opportunities domination of capitalist property, placing the human being as the most important target, aiming at freedom and dignity of man to access to land free. This article aims to reflect the confrontational scenario in the brazilian countryside from theoretical frameworks as well as presenting the data systematized by the Pastoral Land Commission in their published books, especially the latest edition. The results range from heterogeneity in brazilian regional distribution of conflicts in the countryside, past cases of violence and deaths, for which the North and Northeast regions account for the largest amount of conflicts numbers. Nowadays, the brazilian land is treated as a commodity, in order to generate capital and increasing profits. The brazilian government in its various times did not reach the solution of the problems highlighted in the sector, so as to remain a considerable number of people on the margins of an adequate condition of survival.

Keywords: conflict in the brazilian countryside; peasants; agriculture; violence; regional heterogeneity.

Resumén: Desde tiempos remotos se pueden observar diversos conflictos en el campo brasileño, que implican la agroindústria escudero, los agricultores, los pueblos indígenas, entre otros temas. Uno de los temas de la contemporaneidad, una situación de la lucha de clases. Está en juego, por un lado, la búsqueda de la expansión del capital en el campo con la agroindústria y el otro, el deseo de una reforma agraria para las poblaciones de bajos ingresos, y los campesinos. Luego viene una entidad importante en este escenario, la Comisión Pastoral de la Tierra, con el fin de contrarrestar la dominación oportunidades apropiadas de la propiedad capitalista, poniendo al ser humano como el objetivo más importante, el objetivo de la libertad y la dignidad del hombre para acceder a la tierra libre. En este artículo se pretende reflejar el escenario de confrontación en el campo brasileño de marcos teóricos, así como la presentación de los datos sistematizadas por la Comisión Pastoral de la Tierra en sus libros publicados, especialmente la última edición. Los resultados varían de heterogeneidad en la distribución regional de Brasil de los conflictos en el campo, los últimos casos de violencia y muertes, por lo que representan las regiones Norte y Nordeste de la mayor cantidad de números de conflictos. Hoy en día, la tierra brasileña es tratada como una mercancía, con el fin de generar capital y el aumento de los beneficios. El gobierno brasileño en sus diversos momentos no llegó a la solución de los problemas destacados en el

sector, con el fin de seguir siendo un número considerable de personas en los márgenes de una condición adecuada de supervivencia.

Palabras-clave: conflicto en el campo brasileño; campesinos; la agricultura; la violencia; heterogeneidad regional.

INTRODUÇÃO

O espaço agrário brasileiro, não apenas recentemente, vem sofrendo transformações diversas e, contudo, sendo palco de inúmeros conflitos por terra envolvendo indígenas, camponeses, proprietários de terras, a Igreja Católica e também o Estado. Nesse campo temático, vários pesquisadores vêm se concentrando em estudar o cenário do campo brasileiro, discutindo as posições políticas de esquerda e de direita, os conflitos assim como a trajetória do século passado e as tendências e os desafios, de forma a colaborar num avanço às problemáticas presentes.

O propósito desta pesquisa se dá em apresentar uma discussão da participação da Comissão Pastoral da Terra nos conflitos pela terra evidenciada nos últimos anos no território brasileiro, de forma a fomentar a discussão de problemáticas no campo brasileiro. Assim sendo, a ideia não é prestar apoio à direita ou à esquerda, mas tecer comentários voltados à realidade trazida em certas bibliografias e discussões.

Os conflitos trazidos neste trabalho voltam-se somente aqueles ocorridos no Brasil num período mais recente, entretanto, os conflitos de natureza camponesa existem e/ou existiram em vários países, entre eles a França, a Alemanha e a Bélgica, conforme aponta Engels (1981). Segundo ele, o camponês considerado como fator essencial da produção e de poder político vinha sendo pressionado a desaparecer, pois seu modelo e condições de produção quando comparado ao capitalista seria um carrinho de mão frente a um trem. Num cenário de existência do capitalismo atingindo o campo europeu e com o surgimento de uma corrente de pensamento socialista, que no caso, vislumbrava-se a posse dos meios de produção aos camponeses através da propriedade coletiva. Nesse sentido, o socialismo pregado nestes países pretendia combater a exploração do trabalho assalariado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os conflitos fundiários hoje aqui presentes possui suas raízes ainda o século XVI no período colonial com o modelo de ocupação territorial, dando o início à concentração de terras no país, se acentuando nos séculos posteriores. Evidencia-se que o problema se dá nas esferas social, econômica, política, sendo provida de disputas de poder.

O modelo de ocupação territorial brasileiro se deu com a chegada dos jesuítas no Nordeste em direção ao Sul, disseminando-se no território e catequizando os índios. Apesar da ordem do rei português em dividir o território brasileiro em 1532, foi de fato apenas realizada em 1934, em doze capitanias estendendo-se por 735 léguas, respeitando a linha do Tratado de Tordesilhas, conforme Abreu (2000 apud RINALDI, 2013). Desde logo, o problema foi implantado no país.

Trazendo para os séculos mais recentes, vários foram os eventos de disputa de terra, valendo destacar dois dos mais relevantes: Guerra de Canudos e a Revolta de Contestado. A primeira ocorreu na Bahia entre 1896 e 1897 numa região de latifúndios improdutivos, envolvendo milhares de sertanejos e ex-escravos contra o Exército da República do Brasil num período marcado por uma crise socioeconômica, na qual havia a concepção por parte do Estado que o grupo visava estabelecer uma monarquia no país. O resultado foi a morte de todos aqueles que se opunham aos interesses do Estado (EUCLIDES DA CUNHA, 1901). O segundo evento se deu entre 1912 e 1916 na região do norte de Santa Cantarina e sul do Paraná, envolvendo camponeses e os coronéis. O principal motivo para o conflito foi a disputa pela terra, mas não vale desprezar a dura realidade do povo camponês quanto à miséria, a maior companhia madeireira da América do Sul veio explorar a araucária e a imbuia, e também o problema antigo de delimitação dos limites das províncias de São Paulo com Santa Catarina. Sendo assim, a ação de dois terços do Exército brasileiro reprimiu qualquer iniciativa do grupo, inclusive com o uso de aviões de combate (FERREIRA DOS SANTOS, 2010).

Após 1930, o Estado brasileiro veio se comportando de forma "desenvolvimentista", ou seja, visando o setor urbano-industrial em detrimento da agricultura, conforme expõe Borges (1998) acerca do trabalho de Wenceslau Gonçalves Neto chamado Estado e Agricultura no Brasil. O Sudeste se especializava na produção de alimentos a preço baixo para atender a demanda da população urbana. O autor ainda mostra que o setor agrário teve participação no processo de desenvolvimento capitalista no país, ao iniciar receber a modernização no campo para driblar a importação e a dependência econômica do mercado internacional. Criticada por alguns como atrasada em relação ao setor industrial, o Estado teve papel relevante para o seu desenvolvimento, sobretudo, no período pós-sessenta e quatro com o governo militar, com a política de preços mínimos, o crédito agrícola, a pesquisa agropecuária e a extensão rural visando o aumento da produção e da produtividade. Observam-se nesta abordagem um direcionamento à macroeconomia e seus agentes, aqueles que podem produzir em larga escala para a exportação e deixando em segundo plano aqueles que possuem o mínimo de capital.

A partir dos anos 1960, muitos autores trabalharam na defesa de suas correntes de pensamento, tanto de esquerda quanto à de direita. A primeira corrente se volta para estrutura do campo brasileiro visando à reforma agrária e a segunda para a funcionalidade da agricultura, mostrando a sua importância no abastecimento das populações urbanas e de matérias primas para as indústrias, como pode ser observado na mesma obra de Wenceslau Gonçalves Neto.

O campo brasileiro é marcado pela expansão das relações capitalistas, antes marcadas, sobretudo pelo latifúndio, hoje também incorporado o agronegócio. No cenário, o agronegócio é visto positivamente na visão da direita como o caminho ideal ao país, devido a sua produção agrícola, geração de emprego, superávit na balança comercial, abastecimento do setor urbano e industrial, superando a atividade especulativa da propriedade, com a produção de mercadorias. A visão negativa do agronegócio vem no sentido de sua natureza excludente, promotor de miséria, degradação ambiental, violências, desta forma, apontando

a sua natureza desigual e contraditória. O agronegócio, diferente do latifúndio, exclui pela produção e não pela não-produção (FABRINI; ROSS, 2014).

Do outro lado, da esquerda, está a agricultura camponesa com uma realidade contrária ao da grande propriedade. Estes dedicam sua produção ao consumo e sustento familiar e também vendem parte de sua produção. Vale ressaltar que por vezes podem ser avistadas relações comunitárias e de vizinhança como estratégia de sua sobrevivência (FABRINI; ROSS, 2014). Considera-se ainda, conforme os autores, que o campesinato obtém maior eficiência econômico-produtiva, menor percentual de terras no país e de investimentos do governo e empregam maior percentual de pessoas do que no agronegócio tecnológico.

Assim, diante dessas duas posições, tem-se a luta pela reforma agrária por parte dos camponeses como meio de aquisição de terras e resistência ao modelo econômico capitalista, muitas vezes expresso com as práticas dos acampamentos e invasões de propriedades. Há tempo esta vem sendo uma forma de buscar democratizar o acesso a terra, contrapondo a sua concentração para poucos.

Um ponto importante volta-se às críticas da acumulação capitalista que se deu de melhor forma a partir dos anos de 1970, quando estimulados com os escritos de Francisco de Oliveira, a esquerda passou a buscar novas formas de olhar e discutir o campo brasileiro, ou melhor, migrando de uma postura ideológica para uma com maior concretude. Nesse momento, foram vários os autores que enfatizaram a acumulação do capital no campo, o desenvolvimento do capital no mesmo, a mais-valia, o papel do Estado, as relações capitalistas - não-capitalistas e também da subordinação das antigas relações para com o capital, entre outros pontos. Destacam-se Francisco de Oliveira, Maria Conceição D'Incao e Mello, Maria Rita Garcia Loureiro, José de Souza Martins, Sérgio Silva, José Graziano da Silva.

De acordo com Oliveira (2007), o processo de desenvolvimento do modo capitalista nas atividades agrícolas com alto índice de industrialização ocasiona uma reestruturação nas atividades socioeconômicas e políticas no campo, com a monopolização da produção. Este processo de reestruturação segundo o autor tende a generalização das atividades capitalistas, gerando um assalariamento rural que se daria de duas maneiras: a primeira seria a "destruição do campesinato ou pequeno produtor familiar de subsistência, através de um processo de diferenciação interna provocada pelas contradições típicas de sua inserção no mercado capitalista" onde o produtor ficaria refém de crises existentes dos elevados juros e taxas de produção para mercado e ainda. A outra através da modernização dos latifúndios, com a inserção de equipamentos e insumos modernos nos pequenos latifúndios criando empresas rurais, assim os pequenos proprietários com a propriedade industrializada não se diferenciariam muito dos grandes latifúndios e os camponeses pobres seriam trabalhadores rurais destas propriedades. Como afirma Oliveira (2007), "o processo de integração do camponês ao mercado capitalista ter-se-ia a configuração de duas classes sociais distintas: os camponeses ricos, que seriam os pequenos capitalistas rurais, e os camponeses pobres, que se tornariam trabalhadores assalariados".

Conforme o texto Estado e Agricultura no Brasil, notam-se as transformações na sociedade no período pós 1960:

> Ao lado da violenta transferência de populações para o setor urbano, fenômeno que não estaciona em nenhum momento do período estudado, e que é promovido por amplo conjunto de fatores, tais como a mecanização, a substituição de culturas intensivas em mão de obra pela pecuária, o "fechamento" da fronteira, a aplicação da legislação trabalhista no campo, ou simplesmente pelo uso da violência, etc., ocorre também uma reformulação na mão de obra restante no interior das propriedades, com a eliminação dos parceiros, agregados, etc., pela disseminação do trabalho assalariado, sobretudo nas grandes propriedades, que se modernizam e se transformam em empresas. Restou às pequenas propriedades a possibilidade da subordinação ao capital industrial, a marginalização, o esfacelamento ou a venda e migração para os centros urbanos. O impacto de uma transformação de tal porte, em um curto período de tempo, levou ao surgimento dos mais diversos tipos de conflitos no campo, além de agravar a questão da moradia, do emprego, da miséria e da violência nas cidades. Esta situação traz a cena novos atores para participar do debate, como os sindicatos dos trabalhadores rurais, os partidos políticos, que passam a colocar a questão agrária como parte de seus programas, a imprensa, etc., merecendo especial relevo a atuação da Igreja Católica (GONÇALVES NETO, 1997, p. 109).

Nesse sentido, a Igreja Católica vem desde junho de 1975 por meio da Comissão Pastoral da Terra participando da discussão, contrariando o desenvolvimento do setor agrário ou dominação da propriedade capitalista, de forma a colocar o ser humano em maior importância em relação ao aspecto econômico. Tal entidade, que foi criada a partir de um Encontro de Pastoral na Amazônia realizada em Goiânia pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O site oficial da Comissão Pastoral da Terra deixa claro, entre muitas outras coisas, que sua identidade se baseia na luta dos peões, dos posseiros, dos índios, dos migrantes, das mulheres e homens pela liberdade e dignidade ao acesso a uma terra livre. Não é a única entidade criada para este fim, deve ser mencionado também o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), criado em 1972. Um ponto divergente entre as entidades é que esta última se volta apenas às questões indígenas.

É inegável sua importância no cenário da época de criação, a ditadura militar, como forma de defesa a crueldade que atingia as pessoas contrárias ao interesse hegemônico do capital, defesa esta melhor situada pelo fato de a Igreja possuir maior peso político e cultural. Embora no princípio atenção maior fosse dada na região amazônica, logo se estendeu a todo o território nacional, primeiramente nas questões ligadas aos atingidos pelos grandes projetos de barragens, e posteriormente, com os trabalhadores sem-terra. Não pode ser esquecido a ainda existência de casos de condições semelhantes à escravidão (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2015).

Assim, defende a lógica do homem do campo de ter com a terra a relação de trabalho e não como meio de exploração ou reserva de valor, conforme preconiza o mercado capitalista. Soma-se ainda a busca pela quebra do latifúndio através da reforma agrária para uma maior democratização do acesso à terra, assim como segue no lado da defesa do meio ambiente, voltadas às boas práticas ecológicas como a produção orgânica e no combate do desmatamento indiscriminado, ao uso de agrotóxicos e às queimadas (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, op. cit.).

Desde 1985 a pastoral vem elaborando com periodicidade anual um relatório sobre os conflitos no campo brasileiro de modo a dar maior visibilidade ao cenário presente destes últimos anos. Uma exceção se dá no ano de 1989, que houve a geração de duas edições do relatório.

Antes de adentrar nas inúmeras informações levantadas e evidenciadas nos relatórios da Comissão Pastoral da Terra, a CNBB em seu relatório chamado "Igreja e problemas da terra" traz dois conceitos sobre as formas de apropriação e sentido da terra para a sociedade:

> **Terra de exploração** é a terra de que o capital se apropria para crescer continuamente, para gerar sempre novos e crescentes lucros. O lucro pode vir tanto da exploração do trabalho daqueles que perderam a terra e seus instrumentos de trabalho ou que nunca tiveram acesso a eles, quanto da especulação, que permite o enriquecimento de alguns à custa de toda a sociedade".
>
> **Terra de trabalho** é a terra possuída por quem nela trabalha. Não é terra para explorar os outros nem para especular" (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, 1980).

Entretanto, reconhece a existência de propriedades que respeitam os direitos dos trabalhadores. A CNBB em seu texto expõe entre os seus compromissos: denunciar situações abertamente injustas e violências; o apoio às justas iniciativas e organizações dos trabalhadores; estimulará à participação consciente e crítica dos trabalhadores nos sindicatos, associações, comissões e outras formas de cooperação; apoio à reforma agrária ao homem do campo; apoio a mobilização dos trabalhadores para cobrar a aplicação e/ou reformulação das leis vigentes; entre outros.

Nesse sentido, destacam-se os relatórios da Comissão Pastoral da Terra. A primeira edição, dez anos depois da criação da entidade, no ano de 1985, inicia mostrando a existência do conflito pela terra no momento e seus agentes, resultando uma estatística de oprimidos e mortos, numa tentativa de denunciar tais atos, assim como noticiar tais feitos às pessoas do setor urbano cobrando uma postura de solidariedade para à questão, cobrar o desarmamento dos agentes opressores na busca pela paz, entre outros.

O relatório da mesma do ano de 2014 traz entre muitas outras abordagens, o porquê de documentar, pela qual segue alguns princípios, a seguir: possui uma dimensão *teológica*, pois desta forma Deus estaria ouvindo o clamor de seu povo; a *ética,* quanto à justiça social pela terra; *política*, pois para que através do registro as pessoas possam se localizar melhor no cenário e tornar-se agentes da causa; *pedagógica*, para melhor compreender a realidade e reforçar a resistência; *histórica*, pois os fatos de hoje deve fortalecer as lutas do futuro; e *científica*, pois a sistematização dos dados permite registrar a história de uma luta.

A proposta pela reforma agrária existente no ano de 1985, durante um governo conservador, não agradou a classe dos proprietários de terras, que intervieram com sugestões que foram acatadas num prazo estendido, o que intensificou um cenário de conflitos, resultando os dados na Tabela 1.

TABELA 1: Conflitos no campo brasileiro em 1985

Tipo de conflito	Nº de conflitos	Famílias Envolvidas	Pessoas Envolvidas	Área do conflito - ha
1 Terra	636	86.854	405.456	9.557.902
2 Boias-frias	30	-	659	-
3 Trabalhista	76	-	159.185	-
4 Sindical	13	-	-	-
5 Seca	9	-	1.400	-
6 Garimpo	4	-	-	-
7 Agrotóxicos	-	-	651	-
8 Outros	-	-	3	-
Total	768	86.854	567.354	9.557.902

Fonte: MARTINS, J. H. P. e PERÍCOLO, W. M. (2015), Comissão Pastoral da Terra (1985)

Conforme o relatório, os casos do levantamento se predominam na terra grilagem, na defesa de propriedade, na posse e lutas de conquista. Entretanto, a tabela evidencia outras tipologias de lutas como as ambientais e as voltadas às condições de trabalho. Nesse sentido, a violência esteve presente como forma de preservar os interesses, dos grandes latifúndios (Tabela 2).

TABELA 2: Violência no campo brasileiro em 1985

Tipo de conflito	Nº de conflitos	Mortos/ Assassinados	Feridos	Presos
1 Terra	636	125	117	482
2 Boias-frias	30	66	563	-
3 Trabalhista	76	14	33	69
4 Sindical	13	-	4	-
5 Seca	9	-	-	6
6 Garimpo	4	-	-	-
7 Agrotóxicos	-	3	646	-
8 Outros	-	3	3	-
Total	768	216	1.363	557

Fonte: MARTINS, J. H. P. e PERÍCOLO, W. M. (2015) Comissão Pastoral da Terra (1985)

Vale destacar de se tratar do número que po,de ser levantado, sendo desta forma, não totalizante no número de ocorrências, o que já evidenciou a realidade de uma "guerra" no campo. Apesar de dar em todo o país, alguns pontos tiveram maiores índices, como Maranhão, Pará, Goiás, Minas Gerais, Bahia e Paraná. Esta pode ser uma realidade pre-meditada pelas palavras de Tancredo Neves na busca pela "descentralização do poder" para a Nova República. Resultado disso foi a reafirmação do poder do latifúndio e a violência com o trabalhador rural. Diante dos fatos, visto o número elevado de lutas pelo país, houve uma iniciativa para unificar os esforços para exigir seus interesses, através de organizações e movimentos, a citar o dos trabalhadores sem-terra. A divisão por unidade federativa, destes conflitos são apresentados no Quadro 1.

QUADRO 1: Quadro geral dos conflitos por estado de 1985

Estado	Número de Conflitos	Pessoas Envolvidas	Presos	Fétidos	Mortos	Greves	Ameaças
Acre	6	16.995	85	-	1	-	-
Alagoas	1	30	-	22	7	-	-
Amapá	-	-	-	-	-	-	-
Amazonas	14	26.485	1	9	5	-	-
Bahia	46	36.112	72	16	9	1	8
Ceará	26	13.360	24	-	3	-	-
Distrito Federal	3	430	-	-	-	-	-
Espírito Santo	5	1.915	-	-	-	1	-
Goiás	61	14.183	43	9	13	-	12
Maranhão	71	62.464	50	40	19	-	19
Mato Grosso	43	14.289	28	3	3	1	1
Mato Grosso do Sul	12	22.375	-	3	1	-	-
M nas Gerais	65	21.123	5	361	50	6	14
Pará	84	65.393	57	25	54	-	8
Paraíba	5	500	-	-	-	1	2
Paraná	41	35.205	2	494	9	1	1
Pernambuco	9	29.178	-	-	3	-	-
Piauí	11o	11.230	16	2	5	-	-
Rio Grande do Sul	14	13.855	-	5	--	-	-
Rio de Janeiro	14	30.406	1	1	-	1	-
Rondônia	24	12.995	-	10	3	-	-
Roraima	3	8.500	-	-	-	-	-
Santa Catarina	15	7 .195	-	-	-	-	2
São Paulo	92	122.571	71	361	31	28	-
Sergipe	4	565	2	2	-	-	-
TOTAL	768	567.354	557	1.363	216	40	68

Fonte: Comissão Pastoral da Terra (1985) – Organ.: MARTINS, J. H. P. e PERÍCOLO, W. M. (2015)

O relatório do ano seguinte traz um cenário com acréscimo no número de conflitos e de pessoas envolvidas e também no número de hectares. Neste ano, foi levantado 392.067 ha desapropriados ou 3,3% do total de terras conflitivas, porém, sem nenhum caso nos dois estados mais conservadores do poder, São Paulo e Minas Gerais. No cenário, a favor das oligarquias do latifúndio prestavam apoio exércitos particulares assim como a Polícia Militar, conforme aponta o relatório do ano de 1986. A dimensão em que criara no conflito chegou ao ponto de até três policiais serem mortos por seus colegas por negarem participar de chacinas. Um dos fatores que contribuíram para elevar o índice dos conflitos foi uma campanha realizada na época de desarmamento. Deve-se tomar ciência também do papel da mídia no transpassar os conflitos de modo manipulativo.

Na medida em que a Igreja se envolvia na questão ao lado dos camponeses, dos trabalhadores e dos índios, crescia a perseguição, de modo seletivo. Ainda, medidas foram tomadas pelos governos estaduais, principalmente do Maranhão, Ceará e Mato Grosso, através dos secretários da Segurança Pública, contra a ação da Igreja.

Um marco entre este período de elaboração dos relatórios se trata do ano de 1988, na qual passa a ter acesso à internet, possibilitando criar o seu primeiro banco de dados, já que os dados até então eram apenas publicados. Em seguida, no ano de 2000 foi realizada uma reestruturação de sistema para um servidor.

No seu trigésimo documento produzido, considerando os dois de 1989 como um só, intitulado "Conflitos no Campo Brasil 2014", pode-se notar a sua relevância no compreender desta temática no campo brasileiro, já que vem com dados e análises desde a mais longa

data. A bandeira da esperança de outro mundo possível se expressa através desta permanente produção por parte da pastoral para com aqueles mais necessitados.

Além dos conflitos por terra, outros também são amostrados nos relatórios, como os voltados ao trabalho, os conflitos pela água, assim como as ações de violência. Fato este que foi necessário separá-los por categorias, ao avistar que os conflitos foram crescendo ao comparar aos primeiros anos.

A Comissão Pastoral da Terra, em seu relatório intitulado "Conflitos no Campo Brasil 2014", entende por:

> **Conflitos por terra**: são ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso aos recursos naturais, tais como: seringais, babaçuais ou castanhais, dentre outros (que garantam o direito ao extrativismo), quando envolvem posseiros, assentados, quilombolas, geraizeiros, indígenas, pequenos arrendatários, camponeses, ocupantes, sem terra, seringueiros, camponeses de fundo de pasto, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, faxinalenses, etc.
>
> **Conflitos Trabalhistas**: compreendem os casos em que a relação trabalho X capital indicam a existência de trabalho escravo, superexploração.
>
> **Conflitos pela Água**: são ações de resistência, em geral coletivas, que visam garantir o uso e a preservação das águas; contra a apropriação privada dos recursos hídricos, contra a cobrança do uso da água no campo, e de luta contra a construção de barragens e açudes. Este último envolve os atingidos por barragem, que lutam pelo seu território, do qual são expropriados.
>
> Por **Violência** entende-se o constrangimento e/ou a destruição física ou moral exercidos sobre os trabalhadores e seus aliados. Esta violência está relacionada aos diferentes tipos de conflitos registrados e às manifestações dos movimentos sociais do campo."

Os dados de 2014 evidenciam a continuidade dos conflitos no cenário brasileiro, mostrando que o governo não só de toda esta trajetória, mas também o atual não conseguiria mitigar o problema. Desta forma, a terra permanece como mercadoria.

O ano de 2014 é marcado pela continuidade dos índices de conflitos por terras, com um número de 1.018 ocorrências. Aumentou-se o número de acampamentos. Cerca de 12.188 famílias foram despejadas e 963 famílias foram expulsas. A hipótese levantada leva a considerar uma judicialização dos conflitos fundiários, pois a retirada das pessoas se dá através de ordem judicial. Atualmente, Norte e Nordeste somados os seus números representam dois terços dos conflitos por terra no país. Além dos casos de destruição das casas e dos pertencentes mediante sua saída, ainda se vêm os casos de assassinatos, com maior concentração em alguns estados, como Pará, Maranhão, Mato Grosso e Rondônia, que representam cerca de 66% das mortes em 2014, que foram 36. Os casos de pistolagem seguem a mesma tendência de concentração, apesar de ocorrer em todo o território. Foram no ano 17.695 casos, com destaque para a Região Norte (49%) com o Pará e o Nordeste com 27,5% com mais casos no Maranhão. Desta forma, parece confluir na mesma direção as ações judiciais e as práticas violentas privadas, negando o "outro", aquele do outro lado da fronteira. Vale destacar que quando ocorrem casos de concessão de terras, estes não ficam livres dos atos de violência. Ainda se destacam os atores por trás da violência existente no

campo, como empresários, fazendeiros, grileiros, madeireiros e mineradoras. Ou seja, com o passar dos anos ampliou-se os atores, mas as relações continuam as mesmas (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2014).

Buscando realizar uma abordagem da última década (Quadro 2), houve uma certa estabilização do número de conflitos por terra e da violência, ao considerar o número de ocorrências mínimo e máximo entre os anos, tendo em 2005 um total de 777 conflitos por terra e em 2014 foram 793 casos, sendo que o ano de 2012 chegou a 816 casos e em 2008, 459 conflitos. Quanto aos casos de assassinatos, o maior número se deu no ano de 2005 com 38 mortes e o menor número foi verificado em 2007 e 2009 com 25 mortes em cada ano.

QUADRO 2: Comparativo dos conflitos entre 2005 e 2014

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Conflitos de Terra										
Ocorrências de Conflito	777	761	615	459	528	638	805	816	763	793
Ocupações Retomadas	437	384	364	252	290	180	200	238	230	205
Acampamentos	90	67	48	40	36	35	30	13	14	20
Total Conf. Terra	1.304	1.212	1.027	751	854	853	1.035	1.067	1.007	1.018
Assassinatos	38	35	25	27	25	30	29	34	29	36
Pessoas Envolvidas	803.850	703.250	612.000	354.225	415.290	351.935	458.675	460.565	435.075	600.240
Hectares	11 0.487.072	5.051.348	8.420.083	6.568.755	15.116.590	13.312.343	14.410.626	13.181.570	6.228.667	8.134241
Conflitos Trabalhistas										
Trabalho Escravo	276	262	265	280	240	204	230	168	141	131
Assassinatos		3	1	1	1	1			1	
Pessoas Envolvidas	7.707	6.930	8.653	6.997	6231	4.163	3.929	2.952	1.716	2.493
Superexploração	178	136	151	93	45	38	30	14	13	10
Assassinatos		1				1			2	
Pessoas Envolvidas	3.958	8.010	7.293	5.388	4.813	1.643	466	73	142	294
Total Conf. Trabalhista	454	398	416	373	285	242	260	182	154	141
Conflitos pela Àgua										
Nº de Conflitos	71	45	87	46	45	87	68	79	93	127
Assassinatos			2		1	2		2	2	
Pessoas Envolvidas	162.315	13.072	163.735	135.780	201 .675	197.210	137.855	158.920	134.835	214.075
Outros										
Nº de Conflitos	52	2	8			4		36	12	
Assassinatos										
Pessoas Envolvidas	43.525	250	3.660			4.450		26.005	1.350	
Total										
N° de Conflitos	1.881	1.657	1.538	1.170	1.184	1.186	1.363	1.364	1.266	1.286
Assassinatos	38	39	28	28	26	34	29	36	34	36
Pessoas Envolvidas	1.021.355	783.801	795.341	502.390	628.009	559.401	600.925	648.515	573.118	817.102
Hectares	11 .487.072	5.051.348	8..420.083	6.568.755	15.116.590	13.312..343	14.410.626	13.181 .570	6.228.667	8.134241

Fonte: MARTINS, J. H. P. e PERÍCOLO, W. M. (2015), Comissão Pastoral da Terra (2014)

Entretanto, não pode ser desconsiderada a redução do número de pessoas nos conflitos fundiários, sendo 803.850 pessoas envolvidas no ano de 2005 e 600.240 pessoas envolvidas em 2014, porém, o último valor veio crescendo em relação dos últimos anos deste período. Mais atenção se chama a redução do número de acampamentos e ocupações, sendo respectivamente, 90 acampamentos e 437 ocupações em 2005 para 20 acampamentos e 205 ocupações em 2014. Conforme o relatório de 2014 da Comissão Pastoral da Terra, esta forma de demandar terra pode ter perdido força, por um possível resultado da consolidação do programa Bolsa Família e da valorização do salário mínimo, entre outros motivos.

Outra abordagem interessante e relevante se dá em analisar o que se deu de maneira semelhante ou diferente ao longo dos trinta anos levantados. Importante ter ações desta natureza para dar maior visibilidade ao público do que acontece quando não há soluções pacíficas, quando não há negociações nos conflitos, passando para práticas contra a natureza humana.

Ainda tecendo considerações do ano de 2014, o total acumulado no Brasil neste ano foi de 1.286 conflitos, sendo 1.018 por terra com 600.240 pessoas envolvidas, 141conflitos por trabalho com 2.787 pessoas envolvidas e 127 por água envolvendo, 214.075 pessoas, respectivamente, com um total de 817.102 pessoas.

Conforme a Comissão Pastoral da Terra (2014), a soma dos trinta anos considerados obteve-se 28.805 conflitos no geral, com destaque para a Região Nordeste com um total de 10.488 conflitos ou 36% do valor. A região de menor incidência foi a Sul, com 2.505 conflitos ou 9% do total. O número de pessoas envolvidas passou dos 19 milhões de pessoas, com maiores índices para as Regiões Norte e Nordeste. Vale destacar nesse cenário o papel dos movimentos sociais e sindicais para uma melhor organização tanto para o fortalecimento político quanto o de classe (Figura 1 – Quantidade de Conflitos no Brasil no período de 1985 - 2014 e Figura 2 - Número de pessoas envolvidas nos conflitos no campo brasileiro 1985 – 2014).

Quando se diz na violência ocorrida no período, os valores seguem a tendência natural ao considerar os mapas anteriores, entretanto, o Sul apresenta uma característica mais violenta do que o esperado, conforme os valores apresentados na figura 3. Corroboram para este índice os fortes conflitos nesta porção territorial nos anos de 1989 e 1990 com repressão policial, com destaque nas áreas de Santa Elmira (RS), Palma Sola (SC) e Inácio Martins (PR), segundo os relatórios.

FIGURA 1: Quantidade de conflitos no Brasil no período 1985 – 2014

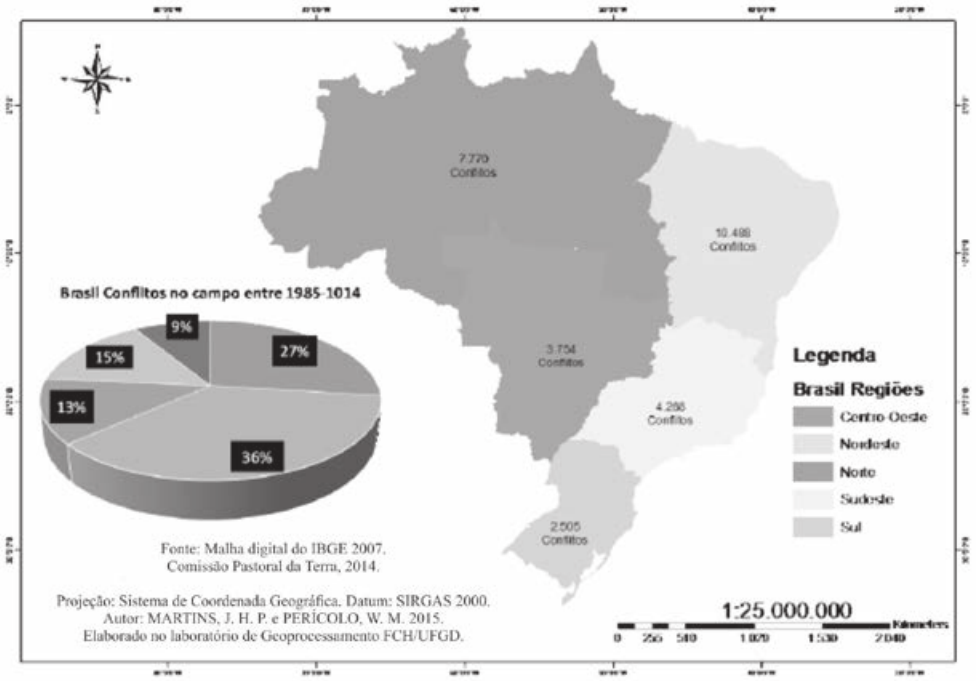


FIGURA 2: Número de pessoas envolvidas nos conflitos no campo brasileiro 1985 – 2014

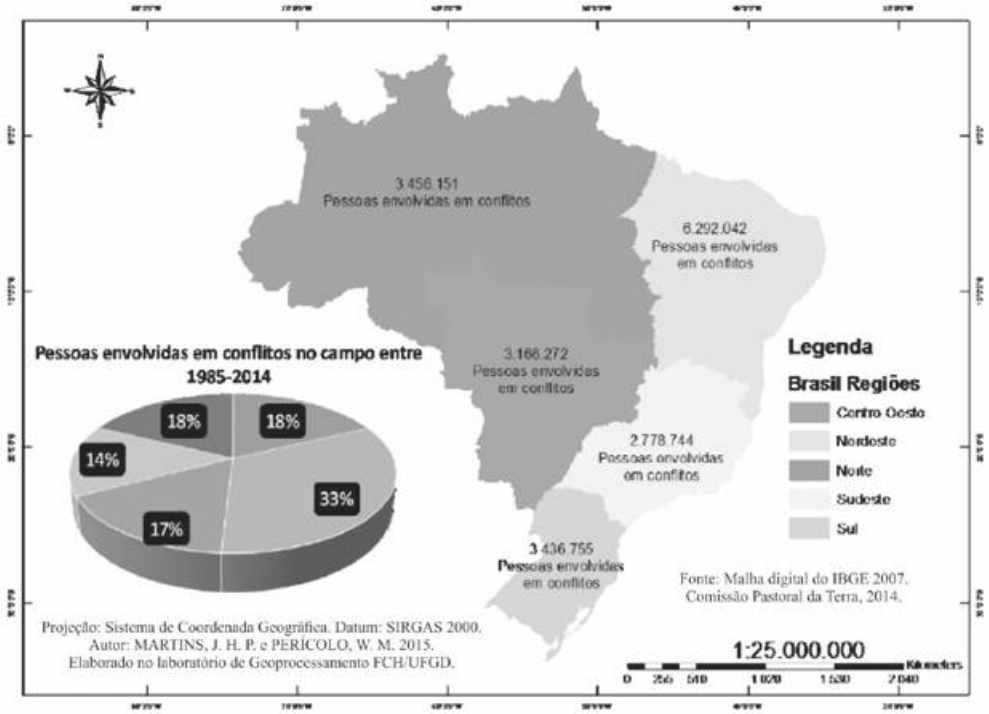
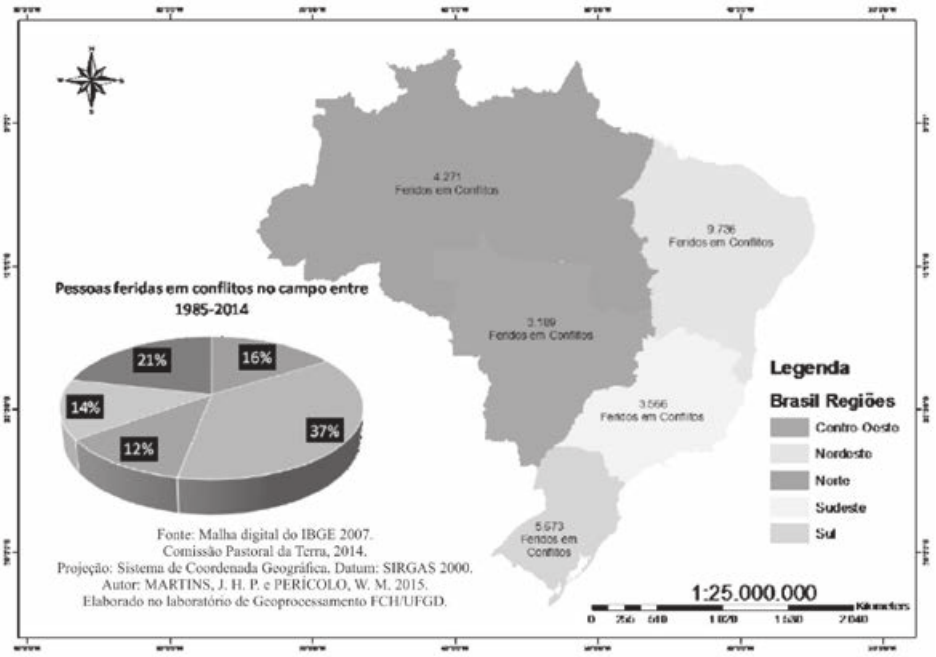
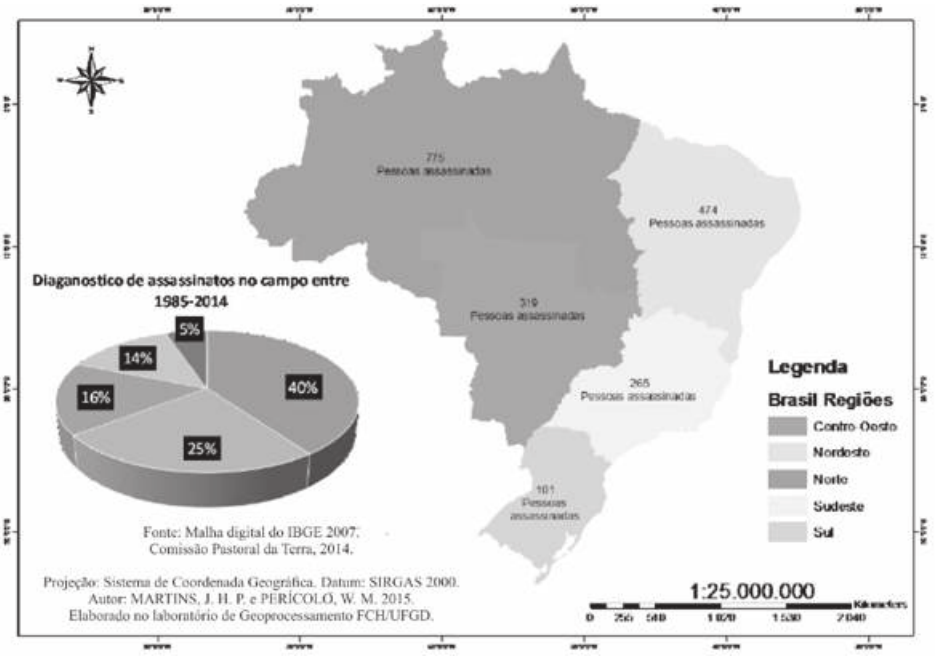


FIGURA 3: Distribuição regional dos casos de pessoas feridas 1985-2014



Os casos extremos de violência se concentram na Região Norte com cerca de 40% dos casos, com 775 vítimas. Os diversos atores na região adotaram durante o período uma postura mais rígida, de forma a preservar o poder. O Nordeste apresentou em determinados anos a dificuldade com as secas, aparecendo em segundo lugar no número de assassinatos. Com a migração destas áreas devido as condições ambientais adversas, problemas como a escravidão e trabalho infantil foram observados em outros terrenos.

FIGURA 4: Diagnóstico quantitativo dos assassinatos no campo entre 1985 – 2014



Além disso, a **atividade minerária** é um exemplo claro de conflitos envolvendo a questão da ordem do direito trabalhista, passando também pelos aspectos sociais e do direito à água. Conforme texto de Padilla e Bossi (2015) apud COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, (2014), chamado "Mineração na América Latina: Impactos e Resistências", o ponto de partida para esta atividade em solo sul-americano, principalmente no Brasil, vem dos investimentos internacionais, com apoio do Estado brasileiro através de subsídios. O país se situa em destaque no setor com 23% dos investimentos internacionais para este ramo, o que gera 4% do PIB brasileiro, sendo o segundo maior exportador mundial de minério de ferro e o maior exportador de minérios da América do Sul. Esta atividade em expansão, movidas pelo grande capital na ótica do sistema financeiro, aproveita da desproteção e competitividade dos países extratores dos minérios para competir pelos investimentos. Como outros setores econômicos investem neste ramo, que vem trazendo maiores lucros aos mesmos, o setor minerário passa também a receber incentivo do Estado através de adaptações na legislação para reduzir os controles trabalhistas e ambientais e facilitar o investimento. O primeiro contraponto vem da ação do Estado para atividades concentradoras de renda e que estimulam a desigualdade social. Os lucros em sua maioria tendem a retornar ao exterior, ficando pequena parcela no local dos investimentos. Para reduzir custos, há empresas que trabalham com trabalhadores terceirizados, muitas vezes sob condições ruins de trabalho. Outro ponto a destacar é o crescimento da intensidade de extração dos minérios, demandando cada vem mais água e energia para sustentar a atividade, além de buscar novas fontes para explorar. Ainda se observa que o lançamento de substâncias contaminantes no recurso hídrico vem a prejudicar o abastecimento para a população.

Nesse sentido, a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz vem levantando e sistematizando os conflitos de natureza ambiental em saúde dos últimos anos, tornando público a voz daqueles que lutam por justiça ambiental e seus direitos pela vida, incluindo a terra, a saúde, os ecossistemas, a cultura e uma sociedade melhor, que são abalados quando ocorrem os investimentos. Colabora, nesse eixo, a Comissão Pastoral da Terra também com o levantamento das ocorrências de conflito, tendo como resultado no ano de 2014:

TABELA 3: Conflitos com a atividade de mineração no Brasil

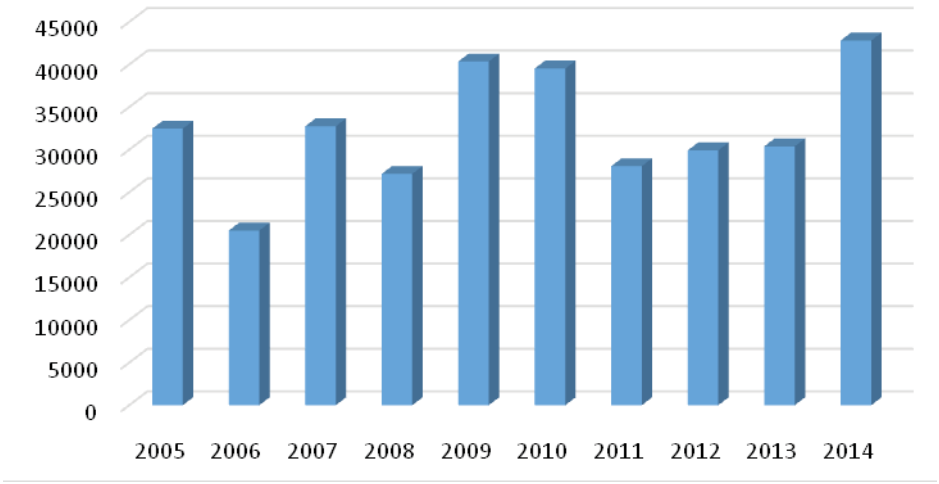
	Nº de ocorrências	Populações
Mineração em conflitos por terra e água	96 ocorrências	42,7% populações tradicionais 57,2% pequenos proprietários, posseiros, assentados
Mineração em violência contra a pessoa	41 vítimas	83% populações tradicionais 17,7% pequenos proprietários

Fonte: MARTINS, J. H. P. e PERÍCOLO, W. M. (2015), Centro de Documentação Dom Tomás Balduino apud CPT 2014.

Trata-se de um cenário de um esforço de rejeitar a população local e esta com seus esforços para impedir a instalação de novos empreendimentos.

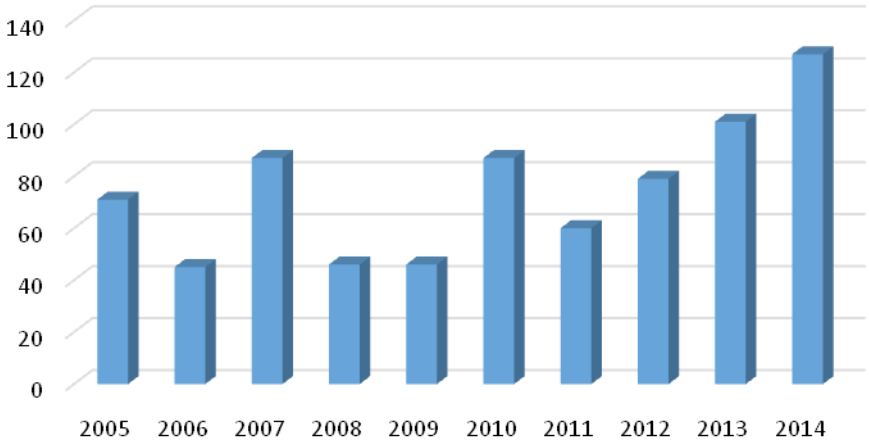
Os conflitos pela água possuem uma contribuição por Malvezzi (2015) presente no mais recente relatório da Comissão Pastoral da Terra, com uma análise dos conflitos dos últimos 10 anos. Muitos fatores estão presentes no conflito como o regime de chuvas, o acesso à água, os usos da mesma, a migração de pessoas, implantação de empreendimentos numa área, entre outros. Nesse sentido, no ano de 2014 obteve um índice maior de conflitos conforme o levantamento da CPT nestes últimos 10 anos. Nestes 10 anos, 322.508 famílias estiveram envolvidas em conflito pela água, com 127 casos e 42.815 famílias somente no último ano, conforme os Gráficos 1 e 2:

GRÁFICO 1: Número de famílias em conflitos pela água 2005 – 2014



Fonte: MARTINS, J. H. P. e PERÍCOLO, W. M. (2015), Comissão Pastoral da Terra (2014)

GRÁFICO 2: Número de conflitos pela água 2005 – 2014



Fonte: MARTINS, J. H. P. e PERÍCOLO, W. M. (2015), Comissão Pastoral da Terra (2014)

Outra questão que pode contribuir na visualização de onde ocorrem mais estas disputas podem se dá naquelas áreas em "desenvolvimento", ou seja, que recebem as obras. Assim, quanto à ocorrência de número de famílias envolvidas nestes dez anos no conflito se destacam Pará, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rondônia, respectivamente. As obras de destaque foram hidrelétricas, complexo industrial, barragem e açude.

Vale destacar ainda que a CPT traz uma tipologia singular para enxergar o cenário, na qual segmenta os conflitos pela água em três categorias: apropriação particular; barragens e açudes e; uso e preservação. A primeira se dá quando alguém desvia o curso d'água, interferindo no acesso de outras pessoas. O segundo ocorre aos projetos para implantação de algum empreendimento, quando estes não atendem aos procedimentos legais, quando expropriam pessoas, quando fazem reassentamentos inadequados ou quando se negam a fazer. O terceiro se refere à destruição de matas ciliares, outras formas de destruição das fontes, poluição das águas, os agrotóxicos, a pesca predatória e a cobrança pelo uso da água. Assim, a predominância de duas das três categorias:

QUADRO 3: Conflitos pela água 2005 – 2014 conforme as tipologias

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total conflitos 2005-2014
Apropriação Particular	7	9	7	5	13	9	2	4	7	23	86
Barragens e Açudes	30	16	33	33	17	31	35	38	43	49	325
Uso e preservação	33	20	47	8	16	47	32	37	51	55	346
Sem informação	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
TOTAL	71	45	87	46	46	87	69	79	101	127	758

Fonte: MARTINS, J. H. P. e PERÍCOLO, W. M. (2015), Comissão Pastoral da Terra (2014)

Os conflitos por barragens afetam uma vasta área, assim, atingindo muitas famílias, a citar como exemplo a usina hidrelétrica de Belo Monte, que chegou a envolver 5.241 famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Comissão Pastoral da Terra tem o trabalho de denunciar as atividades ocorridas pelo uso do poder no controle do campesinato e monopólio da terra.

Pode ser observada a heterogeneidade na espacialização das ocorrências do conflito, mas presente em todo o território nacional. Os casos de violência mostram como a presente luta de classes chega a alcançar níveis extremos para defender o poder.

Vale destacar a necessidade de se ater as peculiaridades do conflito, como nos casos em que o proprietário não possui a documentação legal da propriedade para que o governo tome ações nestas áreas. Novos valores e princípios devem ser adquiridos principalmente pelo Estado para resolver os problemas fundiários, entre eles, punir os casos de violência.

A Igreja neste conflito apresenta-se como fundamental para evidenciar a sociedade esse cenário, de forma a embasar as autoridades para as tomadas de decisão para soluções e dar um novo olhar para a população urbana, para superar preconceitos criados seja por alguns atores ou pela mídia. Além disso, geralmente está presente na mídia com documentos através de notas que apresentam os principais conflitos atuais e/ou resultados destes, desta forma, cobrando as medidas necessárias.

Assim sendo, num olhar socioambiental, estudiosos alarmam inúmeras crises econômicas, de água, de energia, populacionais, entre outras, contribuindo para uma mais rápida mudança na postura da sociedade entre os seus diversos atores para um bem comum (essa é uma questão interessante). Isso nos leva a práticas mais sustentáveis e com o princípio da cooperação, e não do singular, do acumular, e ainda com uma dinâmica melhor em escala local. Trata-se da busca de um futuro sustentável, sendo uma das formas a democratização do acesso às terras.

À medida que as grandes empresas tomam a busca de locais para seus empreendimentos, aumentam os casos de conflitos, como nos locais previstos para usinas hidrelétricas que visam expropriação das populações.

Em suma, estas são algumas considerações que induzem a uma reflexão maior, em que se permite projetar um futuro à nação, tanto no aspecto social, ambiental, entre outros, para permitir um maior usufruto do direito democrático de cidadão.

REFERÊNCIAS

BORGES, Barsanufo Gomides. Estado e Agricultura no Brasil. **História Revista. Goiás,** jan.-dez. 1998.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Igreja e Problemas da Terra**. 1980. Disponível em: http://www.cnbb.org.br/component/docman/doc_view/79-17-igreja-e-problemas-da-terra. Acesso em: 30 jun. 2015.

CPT NACIONAL - Brasil. **Conflitos de Terra no Brasil**. 1985. Disponível em: http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/43/266? Itemid=23. Acesso em: 28 jun. 2015.

_____. **Conflitos de Terra no Brasil**. 1986. Disponível em: http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/43/265? Itemid=23. Acesso em: 30 jun. 2015.

_____. **Conflitos de Terra no Brasil**. 2014. Disponível em: http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/43-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/2392-conflitos-no-campo-brasil-2014?Itemid=23. Acesso em: 30 jun. 2015.

_____. Site (2015). Disponível em: http://www.cptnacional.org.br/. Acesso em: 30 jun. 2015.

ENGELS, F. **O problema Camponês na França e na Alemanha**. In: A Questão Agrária. Silva, J. G. e Stolcke, V. Tradução. Sandra Brizolla. São Paulo: Brasiliense. 1981. pp. 59-80.

EUCLIDES DA CUNHA. Os sertões. São Paulo: Ministério da Cultura – Fundação Biblioteca Nacional, 1901. Disponível em: http://www3.universia.com.br/conteudo/literatura/Os_sertoes_de_euclides_da_cunha.pdf. Acesso em: 26 jun. 2015.

FABRINI, João Edmilson; ROSS, Djorni. **Conflitos territoriais entre o campesinato e o agronegócio latifundiário**. 1 ed., São Paulo: Outras Expressões, 2014. 144p. (Coleção Geografia em Movimento).

FERREIRA DOS SANTOS, Maria Cristina. **A Guerra do Contestado**: desfazendo as amarras do esquecimento. Revista eletrônica de crítica e teoria de literaturas, v. 6, n.1, pp. 1-12, jan.-jun., 2010. Disponível em: http://www.seer.ufrgs.br/NauLiteraria /article/viewFile/13268/10332. Acesso em: 27 jun. 2015.

NETO, Wenceslau Gonçalves. **Estado e Agricultura no Brasil**. São Paulo, Hucitec, 1997. (Estudos Históricos, 33). Disponível em: http://www.revistas.ufg.br/index. php/historia/article/view/10663/7082. Acesso em: 29 jun. 2015.

RINALDI, Renan Amauri Guaranha. **Missões, Colégios e Aldeamentos Jesuíticos no Brasil Colônia**: ocupação territorial das capitanias do sul (1549-1759). 2013. 148f. Dissertação de Mestrado) Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias, Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 2013. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_arquivos/7/TDE-2014-03-27T083930Z-1856/Publico/Renan%20 Amauri%20 Guaranha%20Rinaldi.pdf. Acesso em: 25 jun. 2015.